



EDITAL Nº 13/2021

DIRETORIA DE GESTÃO

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

PROCESSO Nº 50840.100485/2021-50

A **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A – EPL**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Complexo Parque Cidade Corporate, Torre C - 7º e 8º andares, Brasília – DF, CEP: 70308-200, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.763.423/0001-30, nos termos do que disciplina o artigo 37, XXI, da Constituição Federal, a Lei Federal n.º 13.303, de 30/06/2016, Decreto n.º 8.945, de 27/12/2016, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, na Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, no do Decreto nº 8.538, de 06/10/2015 e nos Regulamentos Internos de Licitações e de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL, representada pela Comissão Especial de Licitação constituída pela Portaria SEI Nº 126, de 20 de maio de 2021, (SEI nº 4120739), do **Diretor de Gestão da EPL** doravante designada simplesmente de **COMISSÃO**, torna pública, para conhecimento dos interessados, a abertura de licitação, nos seguintes termos:

REGIME DE CONTRATAÇÃO DAS ESTATAIS - RCE Nº 05/2021			
RCE ELETRÔNICO Nº 05/2021		Data de abertura: 31/05/2021 às 09h00 no sítio: www.gov.br/compras/pt-br	
Objeto: "Contratação de pessoa jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica ("ESTUDOS") e proposição de minutas de documentos jurídicos para subsidiar a modelagem de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada ("PPP" ou "CONCESSÃO PATROCINADA"), para expansão, exploração e manutenção de bloco de 8 (oito) aeroportos outorgados a municípios do Estado do Amazonas".			
Processo: 50840.100485/2021-50.			
Valor Estimado: R\$ 9.414.500,00 (nove milhões, quatrocentos e quatorze mil e quinhentos reais).			
SRP (S/N)	Vistoria (S/N/Facultativa)	Instrumento Contratual (S/N)	Forma de Adjudicação
Não	Não	Sim	Menor Preço
Licitação. Exclusiva ME/EPP* (S/N)	Reservada Cota ME/EPP (S/N)	Exige Amostra/Demonstração/Prova de Conceito**	Dec. nº 7.174/2010 (S/N)
Não	Não	Não	Não
Prazo para envio da proposta		Prazo para envio da Documentação de Habilitação	
Até 03 (três) horas após a convocação realizada pelo(a) Presidente da Comissão Especial do RCE nº 05/2021.		Até 03 (três) horas após a convocação realizada pelo(a) Presidente da Comissão Especial do RCE nº 05/2021	
Pedidos de esclarecimentos		Impugnações	
Até 20/05/2021 para o endereço licitacao@epl.gov.br		Até 20/05/2021 para o endereço licitacao@epl.gov.br	
Observações Gerais:			
Documentação de habilitação (Veja item: 8 - DA HABILITAÇÃO)*			
*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado			
Local da entrega dos Serviços: Os serviços serão entregues na sede da EPL, Brasília/DF, no endereço: SCS, Quadra 09, Lote C, 8º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate, CEP: 70308-200.			
ACOMPANHE AS SESSÕES PÚBLICAS DOS RCEs DA EPL PELO ENDEREÇO WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR			

SELECIONANDO AS OPÇÕES CONSULTAS > RDC > EM ANDAMENTO > CÓD. UASG "395001".

O EDITAL E OUTROS ANEXOS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA DOWNLOAD NO WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BRE TAMBÉM NO ENDEREÇO WWW.EPL.GOV.BR, OPÇÃO LICITAÇÕES

REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS

OBJETO: "Contratação de pessoa jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica ("ESTUDOS") e proposição de minutas de documentos jurídicos para subsidiar a modelagem de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada ("PPP" ou "CONCESSÃO PATROCINADA"), para expansão, exploração e manutenção de bloco de 8 (oito) aeroportos outorgados a municípios do Estado do Amazonas".		
PLANILHA DE ORÇAMENTO REFERENCIAL		
Item	Descrição do Produto	Valor Estimado
1	Estudos de Mercado	R\$ 1.839.250,00
2	Estudos de Engenharia e Afins	R\$ 3.440.000,00
3	Estudos ambientais	R\$ 1.440.000,00
4	Avaliação econômico-financeira	R\$ 1.200.000,00
5	Avaliação econômico-financeira do bloco	R\$ 495.250,00
6	Modelagem jurídico-institucional	R\$ 1.000.000,00
TOTAL ESTIMADO		R\$ 9.414.500,00
(nove milhões, quatrocentos e quatorze mil e quinhentos reais).		

Contratação para estudos e projetos de viabilidade técnico - econômico: **CATSER (Código BR) – 16977****MODALIDADE:** REGIME DE CONTRATAÇÃO DA ESTATAL – RCE

OBJETO: "Contratação de pessoa jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica ("ESTUDOS") e proposição de minutas de documentos jurídicos para subsidiar a modelagem de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada ("PPP" ou "CONCESSÃO PATROCINADA"), para expansão, exploração e manutenção de bloco de 8 (oito) aeroportos outorgados a municípios do Estado do Amazonas".

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço**FORMA:** Eletrônica**MODO DE DISPUTA:** Fechado**REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por Preço Global**QUANTIDADE DE LOTES:** Item único.

SESSÃO PÚBLICA DO RCE ELETRÔNICO

DATA:

31/05/2021

HORÁRIO:	09h00 (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	www.gov.br/compras/pt-br
CÓDIGO UASG:	395001

ATENÇÃO: Verifique as orientações sobre RCE a seguir!

Observação: Esclarecemos que no sítio: www.gov.br/compras/pt-br será utilizada a plataforma do RDC Nº 05/2021, considerando que o sistema ainda não está adequado a Lei nº 13.303/2016.

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL

Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Complexo Parque Cidade Corporate,

Torre C - 7º e 8º andares. Brasília – DF - CEP: 70308-200

Tel: (55) (61)3426-3884

HOME PAGE: www.epl.gov.br

ORIENTAÇÕES SOBRE O REGIME DE CONTRATAÇÃO DA ESTATAL – RCE

A leitura das orientações abaixo não dispensa a leitura integral do Edital e seus Anexos, bem como da legislação pertinente.

Os principais procedimentos e alterações a serem observadas pelos licitantes neste processo são:

- O período de publicação do instrumento convocatório é de **15 (quinze) dias úteis**.
- O **prazo para impugnação e/ou esclarecimentos** referentes ao presente Edital é de **até 5 (cinco) dias** úteis anteriores a data agendada para abertura da sessão eletrônica.
- O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de cadastramento de propostas.
- **MODO DE DISPUTA: FECHADO** - as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para que sejam divulgadas.
- O critério de julgamento das propostas é o de **Menor Preço**, do serviço da contratação, indicado no item 04 do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366), e do Anexo IV Projeto Básico - Lista de Produtos, Cronograma e Valores (SEI nº 3954186).
- **Inversão das fases da licitação:** primeiro ocorrerá a abertura, lances e julgamento das propostas, sendo exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor e, sendo este inabilitado, obedecendo-se à ordem subsequente de classificação.
- **Fase recursal única:** a fase recursal somente ocorrerá depois da decisão quanto ao licitante habilitado e declarado provisoriamente vencedor. É obrigatório que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer no momento oportuno, sob pena de decadência do direito, de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital.
- Em caso de atrasos, inadimplementos, inexecuções e outros relativos ao presente Edital, poderão ser aplicadas as **SANÇÕES** previstas no item 15, deste Edital.
- O presente certame licitatório se rege pelas disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações, no Regulamento Interno de Gestão e Fiscalização de Contratos e, ainda, pelo presente Edital e seus Anexos.
- O Edital e seus Anexos estão disponíveis no sítio www.epl.gov.br e no *Portal de Compras do Governo Federal* - (antigo COMPRASNET), no sítio: www.gov.br/compras/pt-br O processo e demais informações poderão ser obtidos junto à Comissão Especial de Licitação (CEL), pelo e-mail licitacao@epl.gov.br

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - RCE ELETRÔNICO Nº 05/2021

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a *"contratação de pessoa jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica ("ESTUDOS") e proposição de minutas de documentos jurídicos para subsidiar a modelagem de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada ("PPP" ou "CONCESSÃO PATROCINADA"), para expansão, exploração e manutenção de bloco de 8 (oito) aeroportos outorgados a municípios do Estado do Amazonas"*, conforme condições e especificações constantes no Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366), Anexo I deste Edital.

2. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

2.1. Caberão pedidos de esclarecimento de dúvidas e impugnações ao presente Edital até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, devendo ser remetidos para a Comissão Especial de Licitação (CEL) exclusivamente via e-mail: licitacao@epl.gov.br.

2.1.1. A Comissão isenta-se de quaisquer problemas com conexão de internet, provedores e/ou outros meios que impeçam o envio dos documentos citados no **subitem 2.1 deste Edital**.

2.1.2. **Não será aceita pela CEL a argumentação de que o envio foi realizado mediante comprovação pela caixa de saída do endereço eletrônico do remetente, cabendo ao licitante a responsabilidade de confirmar o recebimento do documento pela Comissão.**

2.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital e seus Anexos o licitante que não o fizer até o prazo indicado no item anterior, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.3. As respostas da CEL às impugnações e aos pedidos de esclarecimento formulados serão disponibilizadas no sistema eletrônico do **Portal de Compras do Governo Federal**, nos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.epl.gov.br, no link vinculado ao RCE, ficando sob responsabilidade dos licitantes interessados acessar o sítio para a obtenção das informações prestadas e enviadas por e-mail aos solicitantes.

2.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não têm efeito suspensivo.

2.5. Os licitantes poderão ter vistas ao processo, de acordo com as disposições constantes do subitem 16.13. deste Edital.

3. **DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste RCE quaisquer licitantes inscritos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que tenham especificado como objetivo social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

3.1.1. O cadastramento com a habilitação parcial do licitante no SICAF, de que trata a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018, é válido como parte dos requisitos mínimos da contratação.

3.1.2. O cadastramento com a habilitação parcial no SICAF poderá ser realizado no site:

3.2. **Para participarem deste RCE, os licitantes deverão estar previamente cadastrados no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (antigo COMPRASNET), por meio do sítio <https://www.comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/cadastro/cadastronovo.asp>**

3.3. Não poderá(ão) participar deste RCE Eletrônico, sob pena de inabilitação:

- a. Empresa em dissolução ou em liquidação.
- b. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a EPL, durante o prazo da sanção aplicada.
- c. Empresa impedida de licitar e de contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada.
- d. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.
- e. Empresas integrantes de consórcio, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, por ocasião do disposto no Acórdão nº 2831/2012 – Plenário TCU.
- f. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País.
- g. Empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.
- h. Empresa cujos sócios diretores ou responsáveis técnicos tenham vínculo empregatício com servidor do quadro da EPL.
- i. Empresa que possua em seus quadros sócios, diretores responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação.
- j. Empresas que se enquadrem em alguma das vedações previstas na lei nº 13.303/2016, notadamente em seu artigo 38.
- k. Empresas que se enquadre em alguma das vedações previstas no art. 46 do Regulamento de Licitações da EPL, constante no link: <https://www.epl.gov.br/regulamentos-internos>.
- l. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605, de 1998.
- m. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- n. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3.4.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.5. Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma **Proposta Comercial**.

4. **DA ABERTURA DA SESSÃO E DO CREDENCIAMENTO**

4.1. A sessão pública deste RCE Eletrônico será aberta por comando do Presidente da CEL com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário discriminados a seguir:

SESSÃO PÚBLICA DO RCE ELETRÔNICO	
DATA:	31 de maio de 2021
HORÁRIO:	09h00 (horário de Brasília/DF)
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	www.gov.br/compras/pt-br
CÓDIGO UASG:	395001

4.2. Se na data supracitada não houver expediente na EPL ou ocorrendo qualquer fato superveniente, tal como instabilidade do sistema eletrônico do **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Presidente da CEL em sentido contrário.

4.3. O credenciamento do licitante dependerá do registro cadastral devidamente atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), sendo que será também requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.4. O credenciamento do licitante dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal intransferível para acesso ao sistema eletrônico, provido pela Secretaria de Gestão (SEGES), sendo que o credenciamento e sua manutenção dependerão de registro atualizado no SICAF.

4.5. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, não cabendo ao provedor do sistema ou à EPL responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, devendo o licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema sobre qualquer irregularidade quanto ao uso de sua senha.

4.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este RCE Eletrônico.

4.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta comercial.

4.8. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital e seus Anexos, ou ainda com irregularidades, **será desclassificado/inabilitado**, não se admitindo complementação posterior, **salvo se motivada por alguma diligência de ordem técnica, desde que não altere a formulação da proposta**.

4.9. É facultada à CEL ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a apresentação posterior de documentos e/ou informações que alterem a formulação da proposta.

4.10. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital e seus Anexos.

4.11. O licitante enquadrado como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 e posteriores alterações, para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei.

4.11.1. O benefício supramencionado fica estendido às cooperativas quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.12. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET) durante todas as sessões públicas do RCE, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios por sua desconexão ou pela inobservância de quaisquer mensagens ou avisos emitidos pelo sistema.

4.13. No caso de desconexão do Presidente da CEL no decorrer da sessão do RCE, se a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Presidente da CEL aos participantes.

4.13.1. No caso de desconexão, o licitante deverá providenciar imediatamente, sob sua inteira responsabilidade, sua reconexão com o sistema eletrônico.

4.14. Durante a realização deste RCE Eletrônico, a comunicação com o Presidente da CEL dar-se-á exclusivamente por meio de troca de mensagens, via *chat* do sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), **ou quando for o caso e o momento oportuno**, pelo endereço eletrônico indicado no **subitem 16.12** deste Edital. **Não se admitirá contato por telefone ou qualquer outro meio.**

4.15. Caso o licitante possua qualquer tipo de dúvida quanto à operacionalidade do sistema eletrônico, o mesmo deverá recorrer previamente ao manual do fornecedor disponibilizado no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), ou buscar auxílio junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) por meio de um de seus canais de comunicação.

4.15.1. Não cabe a CEL prestar ao licitante quaisquer informações ou orientações no tocante às funcionalidades do sistema, bem como buscar informações, esclarecimentos ou documentos junto ao provedor do sistema eletrônico, uma vez que os canais indicados no portal são os meios recomendados para estes fins e, ainda, pelo fato de que a CEL não dispõe de acesso às ferramentas do sistema destinadas ao fornecedor.

5. DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO

5.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta comercial exclusivamente por meio do sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), até a data e horários marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Ao encaminhar sua proposta, o licitante pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.3. A apresentação de proposta implicará também a plena aceitação, por parte do licitante, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.4. O licitante deverá, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os dados fornecidos para execução dos serviços.

5.4.1. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às normas técnicas, regulamentos ou posturas, caberá ao licitante formular imediata comunicação escrita à CEL, no prazo e momento estabelecidos neste Edital.

5.5. O licitante deverá elaborar sua proposta levando em consideração que os serviços objetos desta licitação devem ser entregues por completo. Em consequência, ficará a cargo do licitante prever qualquer serviço ou material necessário, mesmo quando não expressamente indicado no orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, **não lhe cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos de pagamentos decorrentes, caso não tenha se manifestado expressamente**, indicando as divergências encontradas no Edital.

5.5.1. **A falta da comunicação referida implicará a aceitação tácita das especificações e documentações técnicas fornecidas.**

5.6. A proposta deverá ser elaborada de acordo com os preços praticados no mercado e conforme as especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

5.7. As propostas serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8. A proposta comercial deverá conter obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

- a. A descrição detalhada do objeto;
- b. Planilha detalhada contendo os custos com os valores totais de cada produto a ser contratado.

5.8.1. O menor preço proposto é de inteira responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8.2. Se, o menor preço ofertado, incorrer a omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste RCE, esta será interpretada como inexistente ou já incluída no valor da proposta, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a proposta de preços.

5.9. O prazo de validade das propostas comerciais **não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data de abertura da sessão.

5.10. No momento do envio da proposta comercial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, o seguinte:

- a. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos de habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- b. Que está ciente e concorda com todas as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.
- c. Que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- d. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.10.1. Na fase de habilitação, o Presidente da CEL verificará no sistema eletrônico as declarações a que se referem as alíneas “a”, “b”, “c”, e “d”, sendo que não há a necessidade do encaminhamento das mesmas pelo anexo no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), site: www.gov.br/compras/pt-br, e-mail ou qualquer outro meio.

5.10.2. Em caso de declarações falsas, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), bem como nos crimes previstos nos arts. 90 a 99, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de punição administrativa, conforme as sanções previstas neste Edital.

5.11. Todas as propostas comerciais ficarão disponíveis no sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal, (antigo COMPRASNET)**.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da Sessão Pública deste RCE ocorrerá no dia **31/05/2021 às 09h00 (nove) horas**, conforme previsto no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Presidente da COMISSÃO.

6.2. Durante a Sessão Pública, a comunicação entre o Presidente da COMISSÃO e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico, não sendo aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

6.3. Na abertura da Sessão Pública, o Presidente da COMISSÃO verificará as propostas apresentadas e poderá desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

6.3.1. A desclassificação das propostas será feita de forma fundamentada e deverá ser registrada no Sistema Eletrônico, para acompanhamento por todas as licitantes, em tempo real.

6.3.2. O Sistema Eletrônico ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de aceitação/habilitação.

6.4. Considerando o estabelecimento do **MODO DE DISPUTA, definido como FECHADO, não haverá fase de lances, devendo os licitantes observar os seguintes procedimentos:**

6.4.1. As propostas de preços ofertadas pelos licitantes no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET) ocorrerá tão somente antes da abertura da sessão, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4.2. Quando da abertura da sessão o sistema comprasnet informará imediatamente o horário e valor consignados no registro de cada proposta, bem como promoverá de forma automática a classificação dos licitantes.

6.4.3. Os licitantes somente poderão registrar no sistema proposta (de menor preço) superior ao último por elas ofertado.

6.4.4. As propostas (de menor preço) apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5. A Sessão Pública poderá ser suspensa administrativamente mediante comunicação do Presidente da COMISSÃO, que informará a data e o horário para a sua reabertura.

6.6. Na hipótese de instabilidade no sistema, se ele permanecer acessível aos licitantes, não haverá prejuízo dos atos realizados.

6.6.1. Quando a instabilidade no sistema persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do procedimento licitatório do RCE, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.6.2. No caso da desconexão representar uma efetiva e irreparável ruptura no certame, ou quando, após uma desconexão superior a 10 (dez) minutos, não se retomar, em prazo razoável, a Sessão Pública será definitivamente interrompida, o que acarretará, consequentemente, a renovação do procedimento, inclusive com nova publicação do aviso.

6.6.3. No caso de desconexão da licitante, esta deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar o restabelecimento da sua conexão ao sistema.

6.7. O Presidente da COMISSÃO, após anunciada a classificação das licitantes, poderá encaminhar, via sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha ofertado menor preço, para buscar melhor proposta.

6.8. O Presidente da COMISSÃO anunciará a proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar, imediatamente após o encerramento da Sessão Pública ou, se for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do menor preço.

6.9. Ocorrendo a participação de licitante que detenha a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e não sendo a proposta válida classificada em primeiro lugar de empresa desse porte, serão adotados os procedimentos estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações c/c § 1º do art. 28 da Lei nº 13.303/2016.

6.9.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs, EPPs e Cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.9.2. Para efeito do disposto no subitem 6.9.1 ocorrendo o empate, o sistema eletrônico convocará a ME, EPP ou Cooperativa mais bem classificada, que poderá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será, após conformidade de sua habilitação, adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.9.3. Durante o período indicado no **subitem 6.9.2**, apenas ME, EPP, Cooperativas poderão registrar o novo preço.

6.9.4. Não ocorrendo à contratação da ME, EPP ou Cooperativa, conforme **subitem 6.9.2**, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do §1º do art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.9.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs, EPPs ou Cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido no §1º, do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/06, prevalecerá o menor preço recebido e registrado cronologicamente em primeiro lugar, que poderá apresentar melhor oferta.

6.10. No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas, não sendo o caso de aplicação do direito de preferência referido no **subitem 6.9**, prevalecerá a proposta recebida e registrado cronologicamente em primeiro lugar.

6.11. Por convocação do Presidente da Comissão, a licitante melhor classificada deverá encaminhar, no prazo de máximo de **até 03 (três) horas**, contado da intimação para tanto, a **PROPOSTA DE PREÇO FINAL** e a documentação de **HABILITAÇÃO** por meio da opção "Enviar anexo".

6.12. Os documentos solicitados serão apresentados preferencialmente da seguinte forma:

6.12.1. **Proposta Comercial**, redigida em língua portuguesa, com clareza, isenta de entrelinhas, contendo o menor preço ofertado e o preço global resultante do menor preço, discriminando os valores relativos aos produtos constantes do Anexo IV (SEI nº 3954186) Lista de Produtos, Cronograma e Valores referenciais, do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366), em algarismos arábicos e por extenso, em moeda nacional (Real), devidamente assinada e datada pelo licitante ou por seu representante legal. A carta proposta deverá ser elaborada de forma a atender, ainda, aos seguintes requisitos:

- a. Fazer referência ao número deste RCE, ao objeto da licitação e ao prazo de execução do objeto, e conter a razão social do licitante, o CNPJ, telefone, e-mail, endereço completo, podendo fazer referência ao banco, à agência e respectivos códigos, e ao número da conta corrente, para fins de emissão de nota de empenho e posterior pagamento.
- b. Indicar o prazo de validade da proposta, **que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data da abertura da sessão.
- c. Caso o prazo de validade da Proposta não esteja expressamente indicado, **considerar-se-á o prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos** para efeito de julgamento da mesma.

6.12.2. Conter telefone do representante legal e endereço eletrônico (e-mail) válido na proposta comercial para fins de recebimento de notificações, comunicados e intimações em formato eletrônico.

6.12.3. O valor unitário e global dos serviços, resultante do menor preço no certame, não poderá ser superior aos valores unitário(s) e global constantes no **Anexo IV - Lista de Produtos, Cronograma e Valores referenciais (SEI nº 3954186), do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)**, Anexo I do Edital, pela inviabilidade de preços superiores ao estimado, tendo em vista o critério de julgamento.

6.12.4. No preço negociado, resultante do menor preço ofertado, deverão estar incluídos todos os insumos, encargos sociais e trabalhistas, despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam, direta ou indiretamente, na contratação do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta comercial apresentada.

6.12.5. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

6.12.6. Serão corrigidos automaticamente pela CEL quaisquer erros de soma, multiplicação e/ou arredondamento, **bem como divergências que porventura ocorrerem entre o menor valor ofertado, resultante do preço unitário e o total dos produtos, constantes no Anexo IV - Lista de Produtos, Cronograma e Valores referenciais (SEI nº 3954186), do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)**.

6.12.7. Estrita observância aos itens/produtos descritos no Cronograma Físico-Financeiro nos moldes do **Anexo IV - Lista de Produtos, Cronograma e Valores referenciais (SEI nº 3954186), do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)**.

6.13. A CEL procederá à conferência dos documentos de que tratam os subitens anteriores, considerando o cumprimento dos requisitos da proposta, tais como identificação, assinatura, prazos, cronogramas, planilha, com os menores preços ofertados de cada item e o **preço global**, além de outros previstos nesse Edital.

6.14. A CEL poderá realizar ou propor diligências para aferir a exequibilidade da proposta, ou ainda, para ajustar a proposta apresentada pelo licitante melhor classificado, com vistas a atender plenamente ao orçamento estimado pela EPL, compreendendo, para tanto, a readequação dos valores dos serviços que deverão ser contemplados iguais ou inferiores aos estimados, respeitando sempre os valores unitário e global ofertado na Proposta de Preços.

6.15. O orçamento global estimado para o objeto da licitação é de **R\$ 9.414.500,00 (nove milhões, quatrocentos e quatorze mil e quinhentos reais)**, em concordância com o item 10 do **Projeto Básico EPL (SEI nº 3964343)**, Anexo I do Edital, **devendo ser observado pelo licitante, na formulação de sua proposta de preços, os valores estimados e atribuídos a cada produto, conforme Anexo IV - Lista de Produtos, Cronograma e Valores referenciais (SEI nº 3954186), do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366).**

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO, em todos os produtos contantes na planilha do Anexo IV - Lista de Produtos, Cronograma e Valores referenciais (SEI nº 3954186), do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)**, sendo que será declarada vencedora a licitante que cumprir os requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

7.2. A CEL será subsidiada por parecer de técnico da área requisitante pertencente ao quadro da EPL, para orientar o julgamento da proposta.

7.3. Efetuado o julgamento da propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

- a. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- b. **Não apresentar o cronograma físico-financeiro, nos moldes do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366), e/ou com o prazo de execução superior ao definido pela Administração, no caso da proposta declarada provisoriamente vencedora.**
- c. Apresentar preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- d. Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação; e
- e. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela EPL.

7.3.1. Considera-se manifestamente inexecutável a proposta cujo valor global seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou
- b. Valor orçado pela Administração.

7.3.2. Quando ocorrer apresentação de proposta inexecutável, a CEL emitirá parecer oportunizando o licitante comprovar a possibilidade de execução de sua proposta, com entrega de defesa fundamentada **em até 2 (duas) horas**, após a solicitação formal da Comissão, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada da licitante e/ou a critério da Administração.

7.3.2.1. Nesse caso, o licitante deverá demonstrar que o valor da sua proposta é compatível com a execução completa do objeto licitado, no que tange aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global.

7.3.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao valor ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração de conteúdo e das condições referidas, desde que aceitas pelas CEL e que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

7.5. **Não serão considerados como “alteração” os ajustes necessários na proposta, a serem ajustadas ao valor ofertado após eventual negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado ou desempate de ME/EPP**, devendo tanto a proposta quanto a planilha ajustada serem encaminhadas à CEL de acordo com o **subitem 6.12 e seguintes deste Edital**.

7.6. A declaração definitiva do vencedor acontecerá somente no momento posterior à análise técnica quanto à proposta comercial ajustada, nos termos do **subitem 6.12 e seguintes, e subsequentes**, à análise da qualificação jurídica, qualificação técnico-operacional, técnico-profissional, fiscal (INSS e FGTS) e econômico-financeira nos termos deste Edital, sendo o resultado divulgado oficialmente nos sites www.gov.br/compras/pt-br e www.epl.gov.br.

7.7. O licitante deve considerar que a proposta ofertada prevalecerá durante toda a contratação, exceto em eventuais termos aditivos.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. O Presidente da CEL verificará, mediante consulta *on-line*, os documentos relativos à habilitação do licitante declarado provisoriamente vencedor.

8.2. **A comprovação do cumprimento das exigências relativas à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal (INSS e FGTS), bem como quanto à Qualificação Econômico-Financeira**, será realizada mediante consulta *on-line* pelo Presidente da CEL ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

8.2.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada por meio da verificação, via sistema SICAF, dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), devendo todos serem maiores que 1,00 (um inteiro). Caso qualquer destes índices esteja igual ou inferior a 1,00 (um inteiro), o Presidente da CEL, ainda pelo sistema SICAF, verificará se o licitante possui Capital Social ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta comercial após a etapa competitiva.

8.2.1.1. Não apresentando tal resultado, o licitante deverá apresentar nos termos do **subitem 8.6.1.1** deste Edital, as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício) do último exercício social, relativamente a data da apresentação da proposta, para fins de comprovar que atende a um desses itens, isto é, índices contábeis ou Capital Social/Patrimônio Líquido no percentual citado anteriormente.

8.2.2. Para o licitante enquadrado na categoria de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou sociedade cooperativa, no que tange à comprovação da Regularidade Fiscal (INSS e FGTS) serão considerados os seguintes procedimentos:

8.2.2.1. Se declarado vencedor, caso esteja com cadastro ou documentação vencida, o licitante deverá enviar a comprovação da Regularidade Fiscal, após solicitação do Presidente de CEL no *chat* do sistema COMPRASNET.

8.2.2.2. Havendo, ainda, alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, desde que solicitado no *chat* do sistema eletrônico, e aceito pelo Presidente da CEL, para regularização da documentação ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

8.2.2.3. A não regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas na alínea anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no regulamento, sendo facultado à EPL convocar outro licitante remanescente para assinatura do contrato, obedecida a ordem de classificação e os critérios de habilitação, ou ainda revogar a licitação.

8.3. O Presidente da CEL verificará, ainda, sob pena de inabilitação:

- a. A existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU) junto ao Portal da Transparência, sítio www.portaltransparencia.gov.br.
- b. A existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal CNJ, sítio www.cnj.jus.br.
- c. Se na composição societária existe servidor com vínculo junto à EPL.

8.3.1. Sendo constatado qualquer impedimento de licitar ou contratar por parte do licitante em qualquer das consultas anteriores ou ainda por meio do cadastro SICAF, no que se refere à EPL, o mesmo será inabilitado.

8.4. A validade dos documentos e certidões exigidos corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. **Caso essas documentações não contenham expressamente o prazo de validade, a EPL convencionou o prazo como sendo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição**, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

8.5. O licitante cadastrado no SICAF, caso esteja com algum documento vencido, poderá apresentar a documentação devidamente atualizada e regularizada junto aos demais documentos de habilitação, nos termos do **subitem 8.8 deste edital**.

8.6. Ainda para fins de habilitação, **todos os licitantes deverão apresentar**, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação, nos termos do **subitem 8.8 deste edital**, os seguintes documentos:

8.6.1. Relativos à **Qualificação Econômico-Financeira**:

8.6.1.1. Os critérios referente à **Qualificação Econômico-Financeira são aquelas estabelecidas no subitem 8.5 do Anexo I - Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)** deste Edital.

8.6.1.2. Além das exigências previstas no **subitem 8.5 do Anexo I - Projeto Básico**, no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.6.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.6.1.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.6.2. Será admitida a participação de empresa que tenha um plano de recuperação judicial ou extrajudicial, aprovado ou homologado judicialmente, cabendo à comissão, em diligência apurar tal condição.

8.6.2.1. No caso de Certidão positiva quanto à recuperação judicial ou recuperação extrajudicial serão realizadas diligências para confirmar o deferimento do Plano de Recuperação (art. 58 da Lei 11.101/2005) ou a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial.

8.7. Relativos à Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:

8.7.1. Os critérios referente à **Qualificação Técnica e Qualificação da Equipe Técnica são aquelas estabelecidas nos itens 8.3 e 8.4 do Anexo I - Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)**, deste Edital.

8.7.2. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

8.7.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.7.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.7.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.7.2.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.7.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.7.2.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.7.2.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.7.3. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

8.7.3.1. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

8.7.3.2. apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

8.7.3.3. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

8.7.3.4. demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

8.7.3.5. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

8.7.3.6. responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

8.7.3.7. obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

8.7.3.8. constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

8.7.3.9. proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

8.8. Todos os documentos solicitados pelo Presidente da CEL, tais como aqueles **não contemplados no SICAF ou com validade vencida**, deverão ser remetidos, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico do **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), em até 03 (três) horas, contadas da solicitação do Presidente da CEL pelo **chat** do referido sistema, cuja documentação de habilitação deverá ser encaminhada junto à proposta, no prazo previsto no **subitem 6.11 do Edital**.

8.8.1. Dentro do prazo estabelecido no *caput*, poderão ser remetidos, por iniciativa do licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua habilitação. Nesse caso, o licitante deve manifestar o desejo de envio de nova documentação através do endereço eletrônico indicado no **subitem 16.12** deste Edital, hipótese em que o Presidente da CEL fará novo uso da funcionalidade “Convocar Anexo”.

8.8.2. No caso de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento da documentação pelo sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), a documentação poderá ser enviada para o endereço eletrônico indicado no **subitem 16.12** deste Edital, sendo tal documentação divulgada posteriormente no sítio www.epl.gov.br para conhecimento de todos os participantes.

8.9. Considerações relativas aos documentos habilitatórios:

8.9.1. Sob pena de inabilitação, no que couber, todos os documentos encaminhados na habilitação do licitante deverão atender aos seguintes preceitos:

- a. Estar em nome do licitante, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e endereço respectivo.
- b. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.
- c. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- d. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos comprovadamente somente em nome da matriz, devendo estes ser apresentados.
- e. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

8.9.2. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser enviados acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser encaminhados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

8.9.3. As declarações apresentadas pelo licitante, necessárias a sua habilitação, deverão ser preferencialmente emitidas em papéis timbrados das respectivas empresas que as expediram, constando números de telefones e e-mail para contato.

8.10. No caso de microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), aplicar-se-á a disciplina do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 e suas posteriores alterações.

8.10.1. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

8.11. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Presidente da CEL examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

8.12. O Presidente da CEL poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

8.13. Será considerada vencedora do certame a empresa que tenha a proposta aceita, bem como que tenha atendido às exigências de habilitação.

8.14. Exaurida a negociação, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade superior, nos termos do art. 60, da Lei nº 13.303/2016.

9. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

9.1. A proposta comercial deverá ter **validade mínima de 120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data de abertura da sessão eletrônica.

9.2. Caso os prazos de que tratam a condição anterior não esteja expressamente indicado na proposta, esses serão considerados como aceitos.

9.3. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, **em 120 (cento e vinte) dias corridos**, e caso persista o interesse da EPL, esta poderá solicitar prorrogação geral da validade anteriormente referida, por igual prazo, no mínimo.

9.4. Se no decorrer dos **120 (cento e vinte) dias da data da abertura da sessão**, não houver a solicitação ou a convocação de que trata as condições deste Edital, fica o licitante liberado dos compromissos assumidos.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida adjudicação e consequente homologação do objeto licitado ao licitante vencedor.

10.2. Os atos de classificação, homologação e adjudicação serão publicados no sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET) e na página www.epl.gov.br.

11. DOS RECURSOS

11.1. Após a fase habilitação, o sistema eletrônico do **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET) abrirá prazo para registro de intenção de recurso da fase de habilitação, sob pena de preclusão, e campo próprio para que os licitantes que desejarem possam manifestar sua **intenção de recurso em face dos atos de classificação e habilitação**, nos termos do §1º do art. 59, da Lei nº 13.303/16.

11.1.1. As **razões do recurso** serão apresentadas somente na **fase recursal única**, após a fase de habilitação, conforme §1º do art. 59, da Lei nº 13.303/16.

11.2. Finalizada a fase de habilitação haverá **fase recursal única**, nos termos do §1º, do art. 59, da Lei nº 13.303/16.

11.2.1. Os licitantes que manifestaram intenção de recorrer em alguma das fases anteriores poderão apresentar, em campo próprio do sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), **as razões recursais**, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do encerramento da sessão eletrônica.

11.2.2. O prazo para a apresentação de **contrarrazões** será de **5 (cinco) dias úteis** e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o subitem anterior, caso interposto recurso, sendo que as contrarrazões deverão ser apresentadas também via sistema eletrônico.

11.2.3. **Serão desconsiderados os recursos e contrarrazões interpostos por outros meios que não via sistema eletrônico no Portal de Compras do Governo Federal (antigo COMPRASNET).**

11.2.4. A CEL apreciará sua admissibilidade e **decidirá os recursos** no prazo de **5 (cinco) dias úteis** ou, no mesmo prazo, os encaminhará à autoridade superior que terá, também, 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento deste, para decidi-lo.

11.3. Ultrapassada a fase de recursos, não caberá desclassificação de licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.

11.4. **Finalizada a fase recursal, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.**

12. DO TERMO DE CONTRATO, DAS OBRIGAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação constarão de contrato a ser firmado com a Adjudicatária, tendo por base o presente Edital, seus Anexos e a proposta apresentada, atendidas as normas vigentes.

12.2. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 13.303/16, do Decreto nº 8.945/16, o contrato referente à execução dos serviços será formalizado e contemplará, necessariamente, as condições já especificadas neste Edital e seus Anexos.

12.3. A vigência do contrato **será de 16 (dezesseis) meses, contados a partir da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, até a completa execução de seu escopo contratual.

12.4. O contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, cuja eficácia se dará com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) e vigorará pelo prazo de execução dos serviços.

12.5. As obrigações das partes encontram-se dispostas no item 11 do **Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)**, que é Anexo I deste Edital, cabendo a Contratante cumprir as seguintes exigências:

12.5.1. Emitir Nota de Empenho e informar a Contratada sobre a sua emissão.

12.5.2. Atestar a Nota Fiscal apresentada pela Contratada, após receber e aprovar cada produto discriminado.

12.5.3. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da Nota Fiscal emitida pela Contratada, desde que os produtos objeto da Nota Fiscal tenham sido aprovados.

12.5.4. Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao cumprimento dos serviços contratados, especificando o detalhamento necessário à sua perfeita execução.

12.5.5. Prestar as informações e esclarecimentos necessários que possam vir a ser solicitados pela empresa Contratada.

12.5.6. Rejeitar no todo ou em parte a prestação dos serviços, em desacordo com as condições e especificações contratuais.

12.6. Depois da homologação deste certame, a convocação da Adjudicatária será procedida por meio de Notificação para, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contado de seu recebimento, assinar o instrumento de contrato, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

12.6.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

12.7. Antes da celebração do contrato, a Administração realizará consulta *on-line* ao SICAF e aos sítios indicados no **subitem 8.3 deste Edital**, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.8. É facultado à Administração, quando a Adjudicatária não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação conforme previsto no §2º do art. 75 da Lei nº 13.303/16.

12.9. A recusa injustificada do licitante classificado em primeiro lugar para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após devidamente convocado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, o que implicará na aplicação das sanções previstas no presente Edital.

12.10. A Contratada deverá manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste RCE.

12.11. **DA FISCALIZAÇÃO**

12.11.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo do Diretor de Planejamento da EPL, conforme subitem 17.1 do **Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)**.

12.11.2. Quando da entrega dos produtos, caberá ao fiscal do contrato:

- a. Verificar no momento da entrega do produto, sua conformidade com o escopo do serviço contratado, bem como o cumprimento do prazo estabelecido para a entrega do mesmo;
- b. Notificar a empresa Contratada da necessidade de alterações e adequações no produto recebido, respeitando os prazos determinados pela fiscalização;

12.11.3. Aspectos fundamentais para que o fiscal de contrato possa conduzir eficientemente o processo de fiscalização:

- a. conhecer o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando dúvidas com os demais setores responsáveis pela administração, objetivando o seu fiel cumprimento;
- b. conhecer os serviços a serem executados;
- c. solicitar, quando for o caso, que os serviços sejam refeitos por inadequação ou vícios que apresentem;
- d. sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
- e. verificar se a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;
- f. comunicar à autoridade superior eventuais atrasos nos prazos de entrega ou execução do objeto;
- g. zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos serviços prestados;
- h. acompanhar o cumprimento, pela Contratada, do cronograma físico-financeiro;
- i. estabelecer prazo para correção de pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências inadequadas;
- j. realizar as medições dos serviços conforme parecer de avaliação e aprovação nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- k. não receber em mãos as notas fiscais, nem demais documentos, pois os mesmos deverão ser entregues **no Setor de Protocolo, ou enviados diretamente no Sistema Eletrônico de Informação - SEI/MINFRA/EPL**.

12.11.4. O fiscal deverá ter, em todos os contratos, atenção permanente sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância da legislação em vigor.

12.11.5. O fiscal de contrato é independente e deve ter a responsabilidade de conduzir os trabalhos de acordo com os princípios da Administração Pública. Durante a execução do contrato sempre que necessário o fiscal deve buscar ajuda nas áreas competentes da empresa para serem resolvidas. As questões que extrapolem as suas competências devem ser encaminhadas à autoridade competente, para que possam ser resolvidas, inclusive com relação à aplicação das penalidades previstas em lei.

12.11.6. Quando realizar reuniões com a Contratada, estas deverão ser documentadas, e o fiscal deverá elaborar memórias de reunião que deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: data; nome e assinatura dos participantes; assuntos tratados; decisões; responsáveis pelas providências a serem tomadas e prazo.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A Gerência de Finanças informa que há previsão no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA/2021, no valor de **R\$ 3.765.800,00 (três milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e oitocentos reais)**, para a contratação conforme Despacho 673 (SEI nº 3972101) e Despacho 238 (SEI nº 3972967).

13.2. Para cobrir as despesas dos exercícios subsequentes serão emitidas Notas de Empenhos, à conta da dotação orçamentaria prevista para atender despesas de mesma natureza.

14. DO PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos na EPL são realizados em conformidade com a Lei nº 13.303/16 e conforme disponibilidade de recursos financeiros, pela Gerência de Finanças (GEFIN), mediante crédito bancário, observadas as disposições definidas no item 16 do **Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)**, que é Anexo I deste Edital e além disso as seguintes exigências:

14.2. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

14.2.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

14.3. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária (OB) para pagamento.

14.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do prestador dos serviços.

14.4.1. A atestação das notas fiscais/faturas referentes aos produtos aceitos caberá à fiscalização do contrato, por servidor da EPL especialmente designado para este fim.

14.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária, nos termos da legislação aplicável.

14.5.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/03, e legislação municipal aplicável.

14.5.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.6. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte da contratada.

14.6.1. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à Contratada será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

15. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, a Adjudicatária que se recuse a assinar o contrato, bem como nas hipóteses de não manter a proposta, apresentar documentação falsa, ensinar o retardamento da execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo e cometer fraude fiscal, depois de

devidamente notificada, sem motivo justificado, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida nos termos do art. 83, da Lei nº 13.303/16.

15.2. Ocorrendo a hipótese referida no subitem anterior, às espécies de penalidades administrativas aplicáveis ao Licitante são:

a. **ADVERTÊNCIA;**

b. **MULTA:**

- i. Compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste PROJETO BÁSICO ou no Edital;
 - ii. Compensatória no percentual de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento), do valor da fatura correspondente para os demais casos de descumprimento parcial do contrato;
 - iii. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, após o qual poderá haver a rescisão do contrato;
 - iv. Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, pela inadimplência além do prazo acima;
 - v. Moratória no percentual de 0,7% (zero vírgula sete por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, até o limite máximo de 2% (dois por cento), o qual poderá ensejar a rescisão do contrato;
- c. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e impedimento de contratar com a EPL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme inciso III, art. 83, da Lei nº 13.303/2016.

15.2.1. não celebrar o contrato;

15.2.2. não manter a proposta;

15.2.3. apresentar documentação falsa;

15.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.2.5. comportar-se de modo inidôneo; e

15.2.6. cometer fraude fiscal.

15.3. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” poderão ser aplicadas cumulativamente com a indicada na alínea “b”, conforme a gravidade do fato.

15.4. A sanção prevista na alínea “c” poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84, da Lei nº 13.303/2016.

15.5. No caso de uso indevido de informações sigilosas, serão observados, no que couber, os termos da Lei nº 12.527/2011 e do Decreto nº 7.724/2012

15.6. As penalidades previstas no artigo anterior, quando aplicadas, devem levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do Licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e, em especial, as seguintes circunstâncias:

- a. a inexistência de prejuízos ou riscos à EPL;
- b. a regularização do ato que ensejou a abertura do PAAR, até a primeira decisão administrativa;
- c. danos que o cometimento da infração ocasionar à EPL;
- d. antecedentes da Licitante;
- e. o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência do inadimplemento; e
- f. a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos à EPL ou a terceiros, dos quais tenha tomado conhecimento.

15.7. No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Competente aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

15.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa, concedendo prazo de até 10 (dez) dias úteis para o exercício da defesa prévia.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/16, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99.

15.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.12. Aplicam-se as normas de direito penal contidas nos arts. 89 a 99 da Lei nº 8.666/1993.

15.13. No caso de sanções decorrentes de inadimplemento na execução contratual a CONTRATADA deverá ser observada **as disposições do item 14 do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366)**, Anexo I deste Edital.

16. DA DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, atentando inclusive, para as orientações/disposições constantes deste item, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar os custos e prazos dos serviços.

16.2. Os interessados deverão examinar o projeto básico e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas constantes do presente Edital e seus Anexos. O não fornecimento de todas as informações requeridas ou a apresentação de uma proposta em desacordo com a documentação solicitada no Edital e seus Anexos será de responsabilidade do licitante, podendo resultar na rejeição de sua proposta.

16.3. O projeto referente à execução destes serviços foram elaborados dentro dos critérios de sustentabilidade, visando a economia e redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, tendo suas especificações e demais exigências de projeto sidos norteados pela Instrução Normativa nº 01/2010 do SLTI/MPOG.

16.4. Todo e qualquer esclarecimento pertinente a este RCE Eletrônico será sanado exclusivamente por meio de endereço eletrônico, nos termos do **subitem 2.1** deste Edital. **Nenhum esclarecimento a respeito do RCE será prestado por telefone.**

16.4.1. Durante a realização do RCE Eletrônico, a comunicação com o Presidente da CPL dar-se-á exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado no **subitem 16.12** deste Edital e/ou via *chat* do sistema eletrônico **no Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), quando for o caso e o momento oportuno.

16.5. A Comissão Especial de Licitação (CEL) desconsiderará todos os e-mails que tratam de atividades sob responsabilidade de outros setores, tais como: envio de notas de empenho, envio de atas de registro de preços, contratos, envio de notas fiscais, pagamentos, etc. Os contatos para tratar destes assuntos devem ser direcionados exclusivamente para o(s) respectivo(s) setor(es) responsável(is).

16.6. Os documentos exigidos neste Edital deverão ser enviados exclusivamente através da opção "Enviar Anexo" do sistema eletrônico **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET), salvo se indicada pelo Presidente da CEL outra forma de envio, o que será definido pelo mesmo, no *chat* do referido sistema.

16.6.1. O Presidente da CEL somente solicitará o envio de documentos de maneira diversa à supracitada nos casos de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento da documentação pelo endereço eletrônico indicado neste Edital e/ou pelo sistema eletrônico **no Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET).

16.6.2. Não serão considerados os documentos enviados por meio diverso ao solicitado pelo Presidente da CEL.

16.7. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no aviso da licitação e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico no **Portal de Compras do Governo Federal** (antigo COMPRASNET) e na documentação relativa ao certame.

16.8. Os licitantes arcarão com todos os custos associados com a elaboração e apresentação de sua proposta. A EPL, em nenhum caso, será responsável ou sujeita a esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

16.9. A participação na licitação objeto deste instrumento implicará a aceitação integral das condições nele estabelecidas, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

16.10. A EPL poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para comprovar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, não cabendo aos licitantes direito a indenização.

16.11. As ambiguidades e casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela CEL, observando-se rigorosamente o contido na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 17 de dezembro de 2016, na Lei Complementar nº 123 e suas alterações, no do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e nos Regulamento de Licitações e de Gestão e Fiscalização de Contratos da EPL, constante do link: <https://www.epl.gov.br/resolucao-n-01-de-2018-e-regulamento-de-licitacoes>.

16.12. O endereço eletrônico que deve ser utilizado para comunicação com o **Presidente da CEL**, bem como para todos os fins indicados neste Edital, **com a devida menção ao número deste RCE**, é o: licitacao@epl.gov.br.

16.13. **Os licitantes e demais interessados poderão ter vistas e solicitar arquivos digitais relativos a processos que estiverem em tramitação ou em execução na Coordenação de Licitações – COLIC, desde que respeitando as disposições contidas as seguintes orientações gerais:**

- a. Por meio de requerimento formal elaborado pelo interessado, devidamente assinado e contemplando a identificação do requerente, e, no caso de representante de pessoa jurídica, juntamente com documentos que possam credenciá-lo a tal representação (por exemplo, procuração ou documentação de constituição da empresa ou aqueles equivalentes, junto ao documento de identificação de quem assinou o requerimento).
- b. O requerimento deve ser encaminhado à Coordenação de Licitações - COLIC exclusivamente pelo e-mail: licitacao@epl.gov.br, identificando no assunto o número do certame de que deseja obter vistas.
- c. Solicitações encaminhadas após o horário de atendimento externo da Coordenação de Licitações - COLIC, ou seja, após às 19:00 horas, terão a contagem do prazo para atendimento iniciada no próximo dia útil vigente, respeitando os horários do expediente na EPL.
- d. A Coordenação de Licitações - COLIC fornecerá cópias digitais dos autos do processo, de modo a primar pelos preceitos da sustentabilidade e da otimização do recurso público.
- e. As vistas solicitadas serão disponibilizadas **exclusivamente por e-mail ou por meio de algum hardware trazido pelo licitante para gravação dos documentos solicitados, no prazo de até 4 (quatro) horas úteis** após o recebimento da solicitação devidamente instruída de acordo com o estabelecido neste Edital.
- f. A Comissão Especial de Licitação não se responsabilizará pelo desconhecimento dos licitantes em relação aos documentos disponibilizados na forma de vistas, e, ainda, não serão consideradas alegações de desconhecimento ou problemas de acesso, cabendo ao licitante interessado monitorar a disponibilização dos documentos no e-mail anteriormente indicado, que registrará, inclusive, o horário da postagem como modo de primarmos pela transparência dos atos.

16.14. Solicitações de vistas a processos em tramitação ou execução em outros departamentos ou unidades da EPL deverão ser direcionadas diretamente aos mesmos, de modo que estes possam atender a este direito dos licitantes e demais interessados, desde que respeitando as normas e prazos definidos em cada departamento ou unidade.

16.15. **DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ELOGIOS OU RECLAMAÇÕES:** As denúncias, sugestões, elogios ou reclamações relativas à Empresa de Planejamento e Logística - EPL ou ao procedimento licitatório poderão ser e apresentadas à Ouvidoria da EPL, por meio eletrônico (<https://sistema.ouvidorias.gov.br>) ou pelos telefones (61) 3426-3742 e (61) 3426-3747, observando a Instrução Normativa nº 01 da Ouvidoria-Geral da União, de 5 de novembro de 2014, que regula os procedimentos das Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

17. DO FORO

17.1. Para dirimir qualquer dúvida resultante da execução do presente instrumento, será competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

18. DOS ANEXOS

18.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366);

ANEXO II - Anexos I ao X do Projeto Básico EPL (SEI nº 4013366):

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar da Contratação (SEI nº 3951236);

Anexo II – Diretrizes Técnicas para a Elaboração dos EVTEA (SEI nº 3964299);

Anexo III – Modelo de Proposta Comercial (SEI nº 3953031);

Anexo IV – Lista de Produtos, Cronograma e Valores Referenciais (SEI nº 3954186);

Anexo V – Modelo de Currículo (SEI nº 3953043);

Anexo VI – Matriz de Risco da Contratação (SEI nº 3953087);

Anexo VII – Termo de Confidencialidade para Representante Legal (SEI nº 3953096);

Anexo VIII – Termo de Confidencialidade para Profissionais (SEI nº 3953105);

Anexo IX – Termo de Confidencialidade para Subcontratado (SEI nº 3953111); e

Anexo X – Modelo de Ordem de Serviço (SEI nº 3953115).

ANEXO III – Modelo de Termo de Compromisso (Garantia);

ANEXO IV - Modelo de Declaração Anticorrupção;

ANEXO V - Modelo de Declaração de Compromisso e Cumprimento, à Lei Federal nº 12.846/13 (lei anticorrupção), ao código de ética da EPL e às normas correlatas;

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Nepotismo; e

ANEXO VII - Minuta de Contrato (SEI nº 4013266).

*Observação: O Edital e seus Anexos serão disponibilizados na íntegra, em arquivo digital, na página www.epl.gov.br.

(assinatura eletrônica)

Pedro Paulo Tourinho Pires

Presidente da Comissão Especial de Licitações – RCE nº 05/2021

ANEXO I DO EDITAL - PROJETO BÁSICO E MAPA DE RISCO

PROJETO BÁSICO EPL (SEI Nº 4013366)

ANEXO II DO EDITAL - ANEXOS DO PROJETO BÁSICO DPL - EPL

ANEXOS DO PROJETO BÁSICO I AO X - (SEI Nº 3951236, 3964299, 3953031, 3954186, 3953043, 3953087, 3953096, 3953105, 3953111 E 3953115).

ANEXO III DO EDITAL – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO (GARANTIA)

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO (GARANTIA)

(Pelo presente termo de compromisso, declaramos ter ciência que a garantia caucionária de nº ____ relativa ao Termo de Contrato nº _____, será analisada pela EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S/A – EPL após a assinatura do retrocitado Termo de Contrato pelas partes contratantes, e que eventuais ajustes, correções ou complementações de dados verificados em sua análise serão atendidos por esta empresa, mediante endosso ou apresentação de nova garantia, no prazo máximo de 10 (DEZ) dias úteis, a contar da data de assinatura do contrato.

Local, ____ de _____ de 2021.

[NOME DA EMPRESA]

Representante Legal

ANEXO IV DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E DECRETO Nº 8.420/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO – LEI FEDERAL Nº 12.846/2013 E DECRETO Nº 8.420/2015

(nome da pessoa jurídica: _____), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede (endereço completo: _____), Telefone: (xx) ____-____, Correio eletrônico: _____, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu sócio, Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, para fins do disposto no Edital da RCE nº 05/2021, **DECLARAR**, sob as penas da Lei:

(a) Estar ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

(b) Não praticar atos lesivos à EPL, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos:

- (1) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- (2) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- (3) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- (4) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- (5) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- (6) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a EPL, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- (7) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a EPL.

(c) A empresa declara, ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que a EPL terá o direito de realizar procedimento de auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Local, ____ de _____ de 202X.

[NOME DA EMPRESA]

Representante Legal

ANEXO V DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

LEI ANTICORRUPÇÃO, AO CÓDIGO DE ÉTICA DA EPL E ÀS NORMAS CORRELATAS

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E CUMPRIMENTO, À LEI FEDERAL Nº 12.846/13 (LEI ANTICORRUPÇÃO), AO CÓDIGO DE ÉTICA DA EPL E ÀS NORMAS CORRELATAS

(nome da pessoa jurídica: _____), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede (endereço completo: _____), Telefone: (xx) _____, Correo eletrônico: _____, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu sócio, Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, para fins do disposto no Edital da RCE nº 05/2021, **DECLARAR:**

a) Conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra a EPL, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.

b) Conhecer os princípios, os valores éticos e as normas estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta da EPL, vigente ao tempo da contratação, comprometendo-me, neste ato, com sua observância e acatamento, sendo que todos os profissionais envolvidos na execução na fase de contratação e execução do objeto licitado, pautando seu comportamento e sua atuação na condução dos negócios, nas ações e nos relacionamentos com os interlocutores internos e externos, pelos princípios e pelos valores neles constantes, com vistas à erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas.

c) Que obteve cópia do Código de Ética e Conduta da EPL, vigente ao tempo da contratação, disponível no sítio eletrônico: <http://www.epl.gov.br/index.php/content/view/10651.html>.

Local, ____ de ____ de 2021.

[NOME DA EMPRESA]

Representante Legal

ANEXO VI DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

DECRETO Nº 7.203/2010

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

nome da pessoa jurídica: _____), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede (endereço completo: _____), Telefone: (xx) ____-____, Correo eletrônico: _____, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu sócio, Sr. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, para fins do disposto no Edital da RCE nº 05/2021, **DECLARAR**, sob as penas da Lei, que tem conhecimento do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010, sobre a vedação do Nepotismo no Âmbito da Administração Federal e a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Empresa de Planejamento e Logística S.A - EP, nos cargos de direção, chefia ou assessoramento.

Local, ____ de ____ de 2021.

[NOME DA EMPRESA]

Representante Legal

ANEXO VII DO EDITAL – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO - (SEI Nº 4013266)



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Tourinho Pires, Presidente de Comissão**, em 26/05/2021, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4144053** e o código CRC **B6D7AAFD**.



26/05/2021

SEI/MINFRA - 4144053 - Edital

Via W4 Sul, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C 8º andar - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70308-200
Telefone: (61) 3426-3719 - www.epl.gov.br